
Cidade Mídia: uma reflexão sobre a cidade como meio de comunicação¹

Arion Fernandes²

Juliana Petermann³

Resumo:

A artigo traz uma proposta de cidade como meio de comunicação, num momento de rastreio inspirado na cartografia, como levantamento inicial na elaboração de um estudo que perpassa os aspectos criativos e de cidadania da vida nas cidades. Para tanto, estudos da Escola de Chicago e Jesus Martin Barbero fazem a principal base teórica e conceitual para compreensão da cidade como mídia, explorando a produção e circulação de mensagens a partir dos usos feitos da cidade pelos cidadãos. Dessa forma, a cidade é entendida como um campo de possibilidade para desenvolvimento de processos de comunicação gerado pelas interações sociais no ambiente urbano.

Palavras-chave: cidade; mídia; cidadania; interação; criatividade.

1. Introdução

O estudo aqui elaborado é parte inicial de uma proposta, em desenvolvimento, de dissertação a qual tem como intenção colocar a cidade na condição de meio de comunicação, buscando entender como os cidadãos ocupam os espaços públicos com o objetivo de ampliar vozes e transmitir os mais diversos tipos de mensagens, permeando a ideia de que cidades criativas se fazem por meio de ações de pessoas também criativas.

O objetivo é entender como a cidade pode se constituir como meio de comunicação e se oferecer como plataforma para produção e disseminação de mensagens que partam dos sujeitos urbanos. As interações são, portanto, essenciais nessa relação, uma vez que o estudo se calça na ideia de que tanto a cidade constitui o cidadão, como o

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Comunicação pelo Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador do Grupo Nós Pesquisa Criativa. E-mail: arionfer@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jupetermann@yahoo.com.br

cidadão faz a cidade onde vive. Essas interações geram então trocas simbólicas e atuam na constante transformação do espaço urbano.

Isso porque a cidade, na sua dinamicidade, é capaz de acolher no ambiente urbano uma diversidade de tipos, culturas e modos de vida. Assim, se faz importante explorar como essas diferenças interagem e produzem relações e significados para a vida em sociedade. E, pelo viés da comunicação, perceber as transformações que ocorrem no interior dos espaços públicos, podendo resultar em empoderamento e afirmação da cidadania.

Tal trabalho tem como aporte metodológico os estudos de cartografia, sendo este artigo parte do momento de rastreio, entendido como “um gesto de varredura do campo. Pode-se dizer que a atenção que rastreia visa numa espécie de meta ou alvo móvel.” (KASTRUP, 2007, p. 18). Dessa forma, este estudo é parte dos primeiros levantamentos de ideias e investigação dos conceitos e possibilidades de caminhos, observando as primeiras potencialidades e então construindo um rizoma inicial.

As teorias da Escola de Chicago são a base teórica que sustentam a ideia de mídia, quando apresentam a noção de interação social como forma de comunicação no espaço urbano, explorando as transformações que ocorrem a partir disso. Além dessa perspectiva, servimo-nos da visão de Jesus Martin Barbero, quando trata de sociabilidade e da constituição de sentido nas relações cotidianas. As visões de territorialidades e espaços geográficos associadas às construções subjetivas da vida em sociedade, são elementos que alimentam a discussão de cidade mídia e se encontram tanto na Escola de Chicago quanto nos estudos de Barbero, justificando o alinhamento dessas teorias nesta proposta.

2. Cidade, uma construção social

A cidade como lugar que habitamos se configura pela diversidade de espaços, tanto físicos quanto subjetivos, nos quais as pessoas vivem, interagem, produzem, se constituem enquanto seres urbanos. Dito de outra forma, os cidadãos se reconhecem no e pelo espaço da cidade, espaço esse que Canevacci (2004, p. 18) chama de polifônico e “se caracteriza pela sobreposição de melodias e harmonias, ruídos e sons, regras e improvisões cuja soma total, simultânea ou fragmentária, comunica o sentido da obra”. A partir dessa analogia percebemos a cidade como espaço plural, que vai além do lugar

em que moramos: é uma vivência rica no que tange às interações sociais, trocas culturais e resistências cotidianas.

As pessoas não só vivem na cidade, também a constroem a cada interação, ao mesmo tempo que a usam para se constituir enquanto cidadãos. Como diz Harvey (2013, p. 31): “a implicação é que nós, individual e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos”. Isso nos coloca numa visão dinâmica, de ações protagonizadas pelas pessoas, que atuam nos mais diversos espaços urbanos a fim de concretizar a cidade. Assim, é preciso perceber além dos espaços geográficos um ambiente de fluxos: um cotidiano vivo e contínuo que se faz nas ações humanas e sociais. Cidades são emaranhados de formas, contextos, interpretações diversas numa íntima relação com o indivíduo, que se torna urbano nesse diálogo.

A cidade é um habitat que também é parte do ser, uma relação dialógica, sendo essencial que ela esteja aberta aos cidadãos, uma vez que, na afirmação de Vedova (2015, p. 59), “a existência do espaço público, portanto, está relacionada diretamente com a formação de uma cultura agregadora e compartilhada entre os cidadãos”. Citando a rua como esse espaço aberto por excelência a define como “o elemento articulador das localidades e da mobilidade, podendo ser considerada a formadora da estrutura urbana e de sua representação. Define também como o local principal em que se forma a imagem da cidade, já que é por ela que os habitantes transitam e têm a oportunidade de observá-la e entendê-la. (VEDOVA, 2015, p. 59). A partir disso, é possível pensar o ato de observar o contexto urbano como a maneira de visualizar demandas e necessidades sociais que emergem tanto da estrutura física do ambiente, quanto de questões do coletivo e do indivíduo, pois é na rua que se deixam visíveis as realidades urbanas. Por outro lado, é por meio de observação atenta que é possível chegar às potencialidades de usos e soluções daquilo que podem vir a ser problemas para os cidadãos.

É importante ver a cidade como um direito do cidadão, pois sob essa perspectiva ela deve ser constantemente planejada com vistas a atender exigências básicas e essenciais para a vida do morador urbano. Para Magalhães (2015, p. 53), no que toca à cidadania, é fundamental garantir o acesso à cidade, “o que compreende a possibilidade de o homem viver nela em consonância com as exigências da vida moderna, dispondo de um lugar seguro, com água, esgoto, drenagem, acessos, serviços, transporte adequado,

educação, saúde, trabalho e lazer. Contudo, no limiar do terceiro milênio, esse ainda é um direito fundamental a ser conquistado” (p. 53). Essa complexidade reflete a cidade com um campo de disputas sociais, ao passo que os cidadãos não tendo suas demandas atendidas, passam a reivindicar o direito à cidade. Essas reivindicações tomam as mais variadas formas, das mais sutis as mais agressivas, organizadas ou orgânicas. O fato é que a cidade é tomada por expressões que fazem o papel de voz daqueles nela vivem. Dessa forma, a relação cidade-cidadão nem sempre é pacífica, e nunca é apática, pois qualquer ação, qualquer uso que as pessoas fazem do espaço contribui para o cotidiano urbano, assim como a construção física da cidade impacta na forma de viver e agir dos cidadãos. Essa relação nem sempre harmônica fica clara na afirmação de Harvey (2013, p. 30) “na história urbana, calma e civilidade são exceções, e não a regra. A única pergunta interessante é se os resultados são criativos ou destrutivos. Normalmente são ambos: a cidade tem sido por muito tempo um epicentro de criatividade destrutiva”. Se tratando da atividade criativa, a afirmação de Harvey é notável nas ruas, nas fachadas de prédios, nos parques públicos, nos muros, etc, a atividade humana deixa a sua marca em todos os recantos que servem de plataforma para as mensagens, tanto como forma de protesto, como forma de reafirmar a cidade como sua. Porém, é necessário relativizar essa ideia de criatividade destrutiva, para não correr o risco de discriminar algum tipo de expressão lançando um olhar até mesmo preconceituoso em relação a ela, pois, são os cidadãos escrevendo suas mensagens na cidade, e sobre esse ponto de vista sempre há algum tipo de construção positiva.

Entende-se a cidade pelas práticas diárias e os usos que pessoas fazem dela, individual e coletivamente. São, portanto, os cidadãos que configuram e reprogramam os espaços na forma que acreditam ser o mais adequado aos seus fluxos urbanos. Porém, nem sempre o espaço urbano está em sintonia com os cidadãos. A forma como o poder público e as instituições privadas constroem e modelam a cidade pode gerar afastamento, essa pode tornar-se até mesmo hostil aos indivíduos, negando-lhes os espaços públicos. Quando as cidades não atendem aos objetivos do coletivo, a reação precisa partir dos indivíduos, já que “o direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não.” (HARVEY, 2013, p. 31). O resgate dessa conexão é necessário para que se estabeleça a cidadania, o empoderamento se dá pela possibilidade de ocupação da cidade, tomando para si, como sua, se vendo como parte dela e também responsável pelo que ela é.

Os embates diários, os conflitos, as ocupações, os usos cotidianos, as apropriações por parte dos cidadãos, constituem o que é urbano, mais ainda, transformam continuamente o que entende-se por cidade. Morar e circular na cidade implica numa troca dinâmica de significados, uma formação de mão-dupla, na qual a vida urbana é diretamente influenciada pelo entrelaçamento do sujeito e da cidade, um não vive sem outro e qualquer ação de um afeta o outro. Dessa forma, a cidade é o lugar onde vivemos, pela qual também nos constituímos ao mesmo tempo que podemos transformá-la, logo a cidade é viva.

3. Mídia e interação

A proposta aqui é pensar a cidade com um meio de comunicar: uma plataforma à disposição daqueles que precisam dar amplitude às suas vozes, anseios e desejos. Pensando a cidade com um lugar que se faz pelas práticas sociais o uso dela é diário, se fazendo desde um simples atravessar em uma praça pública e circulação pelos espaços públicos, até pichações, construções, modificações físicas e estruturais. Assim, há sempre uma conversa entre cidade e sujeito.

Para isso, propõe-se ampliar o conceito de mídia, indo além de uma definição a partir de meios tecnológicos de produção, transmissão e circulação de mensagens. Nesse caso, a visão de Verón (1997) ser faz importante quando ele diz que “el critério sociológico que trato de preservar para caracterización de un medio de comunicación comporta una certa dimensión *colectiva*” (VERÓN, 1997, p. 13), pois, sendo a coletividade uma característica constitutiva da cidade, podemos pensar na capacidade de produção de sentidos desse coletivo e onde essa produção ocorre. O conceito de Verón (1997) ajuda na ampliação dessa ideia de mídia quando ele afirma que “la noción de medio de comunicación social que me parece más útil (...) debe satisfacer al critério del *acceso plural a los mensajes de los que el medio es soporte*” (VERÓN, 1997, p. 13). É sobre essa ótica plural sobre a qual nos propusemos ver a cidade na condição de mídia: um espaço de produção e circulação de mensagens ao alcance dos cidadãos.

Outra perspectiva necessária a essa proposta são os estudos da Escola de Chicago, que veem na cidade um espaço de interação. “A Escola de Chicago é uma sociologia urbana, que realizou uma série impressionante de estudos sobre os problemas que

enfrentava a cidade de Chicago” (COULON, 1995, p. 8) e que trouxe, na visão de França e Simões (2014, p. 138) “contribuições muito profícuas para refletir sobre a constituição dos grupos na cidade e as relações interpessoais ali configuradas”. Desse modo, “o foco dessa Escola era a vida na cidade, com seus problemas, seus grupos, sua diversidade” (FRANÇA e SIMÕES, 2014, p. 146).

Pela Escola de Chicago o contexto urbano é encarado como protagonista na comunicação que se estabelece entre os indivíduos que nele vivem. As transformações sociais e os usos que são feitos da cidade geram uma experiência urbana e social no interior do ambiente e, por isso, “a noção de experiência também é central na perspectiva pragmatista de Chicago... o lugar da ação e da conduta que transforma tanto os organismos como o próprio contexto, que, juntos, constroem a experiência” (FRANÇA e SIMÕES, 2014, p. 143). Portanto, a vivência urbana é tomada por significados que são construídos, reconstruídos e transmitido constantemente, numa relação de produção mútua entre o espaço público e o sujeito.

Dentro da Escola de Chicago, um outro conceito importante é a chamada Ecologia Humana, a partir dela “os estudiosos de Chicago procuravam analisar as experiências humanas, os processos de adaptação, de agregação e segregação, organização e desorganização sociais que constroem a rede de vida que é a cidade” (FRANÇA e SIMÕES, 2014, p. 144). Percebe-se então a cidade como um organismo interativo, um espaço que reflete as mudanças das estruturas sociais que estão diretamente ligada às atividades humanas. Viver em cidade é portanto uma experiência tanto física, quanto subjetiva, de maneira que o modo de vida é influenciado constantemente. A partir disso, podemos pensar o processo de comunicação que se estabelece nesse contexto urbano, no qual “o processo comunicativo é visto como uma interação ou troca simbólica, realizada através da linguagem, por ações reciprocamente referenciadas de sujeitos que têm consciência dessa mútua afetação. A comunicação assume, assim, um papel consumidor da experiência dos sujeitos e da sociedade que edificam” (FRANÇA e SIMÕES, 2014, p. 143).

É nesse sentido interativo da mídia que a cidade pode ser vista como um meio de comunicação, ficando claras as trocas simbólicas que ocorrem em sujeitos e cidades. O espaço urbano se apresenta como um suporte às mensagens produzida pelos próprios cidadãos, disseminando ideias, demandas, protestos, etc.

As teorias da Escola de Chicago conversam com os estudos de Barbero (2009), já que ambos percebem nas interações sociais maneiras de comunicação e expressão. “Vista a partir da socialidade, a comunicação se revela uma questão de fins – da constituição do sentido e da construção e desconstrução da sociedade” (BARBERO, 2009, p. 18). Barbero (2009) trata o espaço social urbano como espaço de atuação cidadã, no qual o fazer diário colabora nas formas urbanas e gera identificação dos sujeitos. O autor discute ainda a relação de poder que se estabelece, quando diz que “a socialidade, gerada na trama das relações cotidianas que tecem os homens ao juntarem-se, é por sua vez lugar de ancoragem da práxis comunicativa e resulta dos modos e usos coletivos de comunicação, isto é, de interpelação/constituição dos atores sociais e de suas relações (hegemonia/contra-hegemonia) com o poder” (BARBERO, 2009, p. 17). A cidade é um campo aberto à comunicação, oferecendo seus espaços físicos para expressões na busca por cidades melhores, na visão dos sujeitos urbanos. Por isso, essa noção de poder se faz importante, já que o pertencimento nem sempre se dá de forma natural, por vezes precisa ser conquistado, visto que o formato da cidade pode gerar tanto afastamento como aproximação, dependendo da forma que ela é construída por aqueles que têm a responsabilidade institucional de geri-la. Para isso, o ser urbano precisa agir para se tornar sujeito urbano e ter a cidade que lhe convêm. O bairro, para Barbero (2009), tem um papel fundamental na cotidianidade urbana e no que se refere a essa comunicação urbana e organização coletiva, isso porque “o bairro surge, então, como o grande mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade, um espaço que se estrutura com base em certos tipos específicos de sociabilidade e, em última análise, de comunicação: entre parentes e entre vizinhos” (BARBERO, 2009, p. 276). Podemos ver no bairro locais de identificação de grupos, que contribuem para relações mais próximas entre indivíduos, constituem estruturas localizadas de referências sociais e coletivas, participando da grande malha que é a cidade, ao mesmo tempo em que possuem demandas e produções particulares.

De modo geral, a cidade é toda uma comunicação, com constantes mensagens circulando no ambiente, ou, como diz Barbero (2009), “uma arquitetura para humanos”, “um espaço que, em vez de separar e isolar, comunica e integra: a casa com a rua, a família com a vizinhança, a cultura com a vida” (BARBERO, 2009, p. 278).

4. A cidade mídia

A cidade é parte do indivíduo e o indivíduo é parte dela, uma relação de múltiplas construções. Assim, “a vida social é constituída a partir de ações recíprocas entre os indivíduos” (FRANÇA e SIMÕES, 2014, p. 139). Ao viver na cidade, o indivíduo aprende a ser urbano, num processo de simbiose entre as características do espaço e os usos e práticas individuais e coletivas desses indivíduos. Sobre esse aspecto, França e Simões (2014) afirmam que

A sociedade é um conjunto de comportamentos cooperativos de seus membros. Nas relações que estabelecem com os outros os indivíduos assumem uma personalidade social, constituída tanto a partir de suas características mais individuais (o eu mesmo) quanto pela internalização do outro generalizado (o mim), que se refere às expectativas sociais em relação a normas, condutas e papéis sociais que apreendemos em nossa vida em sociedade. (FRANÇA e SIMÕES, 2014, p. 142)

A interação é, portanto, elemento essencial para entender a cidade como meio de comunicação, pois é por meio dela que se constrói a compreensão de espaço público e de cidadão. O contexto social urbano é permeado por aquilo que as pessoas realizam no cotidiano, a forma como integram-se aos espaços, a maneira como respondem à estrutura urbana, como estabelecem os seus laços uns com os outros, a forma como habitam, identificam e transformam o seu lugar. Logo, “a razão essencial da cidade é possibilitar a interação social – da troca entre as diferenças. A cidade é feita para a disputa, para o conflito, para o alcance das diversidades.” (MAGALHÕES, 2015, p. 52)

Ao circular pelo espaço urbano o sujeito constitui-se e apropria-se do espaço, encontra brechas que possibilitam expressar-se, para tanto, o livre acesso é fundamental e a mobilidade torna-se um direito do cidadão. Na fala de Silva (2015, p. 71), a mobilidade reúne as formas plurais pelas quais o sujeito experimenta a cidade, categorizando em quatro tipos de modalidade:

mobilidade física, que seria a capacidade de se mover no conjunto do território urbano; mobilidade socioeconômica, que seria o acesso a diferentes formas de consumo nos territórios e a transformação das condições econômicas de origem; mobilidade educacional, que seria a ampliação continuada da escolaridade; mobilidade cultural, que seria a capacidade de acessar e/ou produzir formas estéticas diversas; e, por fim, a mobilidade simbólica, que seria a capacidade de se sentir com pleno direito

de experimentar a totalidade do espaço urbano. (SILVA, 2015, p. 71)

A forma como é construída tem influência na maneira como os indivíduos se movimentam pelos ambientes, como utilizam e se comportam dentro da territorialidade urbana. Dessa forma, as características de uma cidade são, em boa parte, o que também caracterizará a forma de habitar e viver dos cidadãos. Ou seja, “a cidade, em sua generalidade, torna-se, de certa maneira, um lugar: território com o qual estabelecemos uma relação subjetiva e afetiva. O lugar implica uma relação territorializada dominada pela sensação de pertencimento e agenciamento, um espaço no qual o sujeito sente e age, ampliando suas formas de inserção e de ação na vida cotidiana.” (SILVA, 2015, p. 71)

Pensando a cidade como espaço de mídia, interessa-nos os modos como esse território é ocupado e utilizado para transmitir a voz do coletivo. As apropriações que os sujeitos fazem dos espaços implicam em mensagens propagadas na cotidianidade, remetem a questões do próprio meio urbano e da vida em sociedade, numa tentativa de reflexão a respeito do tipo ideal de cidade. Por outro lado, os aspectos físicos de acordo como são agrupados e construídos também transmitem algo aos indivíduos. Por exemplo, uma rua, como é elaborada, diz como as pessoas se locomoveram por ela, uma praça convida ao lazer ou afasta, dependendo dos elementos que a compõem ou como é organizada. Ciclovias, estradas, passeio, parques, etc, têm papel determinante nos usos e práticas diárias.

São as ações humanas no ambiente urbano que dão sentido de mídia à cidade. Essa atuação é diversa e pode estar em qualquer ponto que sirva para intervenções. São reflexos de anseios sociais, de necessidades de fala, de se fazer existir no espaço urbano. Um exemplo que facilita a compreensão de cidade como plataforma de comunicação são os grafites, que têm significados e intenções múltiplas, podem servir para embelezar e colorir, como também protestam e questionam, incomodam e/ou agradam. A respeito dessas intervenções, tidas como criativas, Knauss (2015, p. 42) diz que “as criações intervencionistas, como o *graffiti* urbano contemporâneo, também subvertem os suportes da cidade e afirmam o compromisso mais ou menos engajado da arte com o debate e a polêmica social, promovendo a reflexão sobre o território urbano e seus sujeitos sociais”. Essa afirmação é corroborada na fala de Barbero (2009, p. 278): “bons exemplos da criatividade estética popular na cidade são os grafites ou pichações, as decorações de ônibus, o arranjo das fachadas, os cartuns e até a cenografia das vitrines de armazéns

populares. Dentre todas essas expressões, talvez seja o grafite a que representa uma transformação mais sintomática das mudanças em curso no modo de existência do popular urbano.”

O grafite serve sim como exemplo inicial, porém não é a única forma, pois as ações humanas de comunicação podem assumir qualquer formato e espaço, não tendo limites dentro da criatividade. Festas populares, eventos, ocupações de ruas, competições de bairros, músicas, práticas de esporte e lazer, e tantas outras, dizem muito a respeito da relação entre as pessoas e as cidades, desenvolvendo processos de comunicação urbana.

Enfim, a proposta de ver a cidade como mídia se dá pelos usos e apropriações que os cidadãos fazem do ambiente urbano e, também, pelas construções físicas da cidade, que influenciam o entendimento do que é uma cidade e como ela determina a vida e o cotidiano, individual e coletivamente, dos seus moradores. Assim, o dia-a-dia das cidades está repleto de mensagens, de todos os tipos, formas e tamanhos ressoando na vida e no agir social, produzidas pelas relações interativas entre espaço público e humanos.

A cidade é, portanto, numa “definição positiva” de Silva (2015, p. 69), “um espaço de encontro das diferenças e das diversidades”, por excelência. A multiplicidade urbana é produtora de relações que se desenvolvem a partir dos aspectos comunicacionais presentes na cidade como um todo. A organização urbana oferece inúmeros elementos que servem de suporte de mensagens. É enriquecedor para a cidadania que os sujeitos utilizem e ocupem tais suportes para expressar o tipo de cidade em que desejam viver.

5. Considerações finais

Como um primeiro olhar a respeito da cidade como mídia, a proposta é que sirva como reflexão sobre os aspectos comunicacionais presente no cotidiano urbano e também para perceber as potencialidades contidas nos espaços públicos no que se refere às interações e ações da coletividade. Entendendo que a cidade é um organismo vivo e dinâmico que estabelece relações mútuas com os indivíduos que nela habitam, numa cooperação ativa capaz de criar significações, constituindo um ao outro a cada contato.

A cidade mídia emerge dessas formas e usos que tomam os espaços sociais, dando significado e voz aos cidadãos. Portanto, colocar a cidade na condição de mídia e os sujeitos poderem produzir e disseminar ideais é um ato de cidadania, uma vez que dá a

possibilidade de reivindicar mudanças e transformações sociais para contribuir em lugares melhores para todos.

É também um empoderamento pessoal e coletivo já que põe nas mãos dos indivíduos a responsabilidade por comunicar-se com a cidade e com os seus semelhantes, desencadeando movimentos de pensamentos, ideias e ação. Num estudo futuro, é interessante aprofundar os aspectos criativos dessas ações coletivas que se desenvolvem no espaço urbano, visto que criatividade é um elemento potencializador capaz de agregar valores e eficácia na produção e disseminação de mensagens, auxiliando na criação de mecanismos na tomada do espaço urbano.

A cidade mídia é vista então, como uma produção do povo, numa ideia de contrapoder. Mesmo que estruturalmente a cidade imponha condições, de acordo com a construção que se dá pela gestão do poder público, o ato principal parte daqueles que se sentem insatisfeitos com essas condições. Porém, a responsabilidade de prover as condições básicas de cidadania não é dos cidadãos em primeira instância, e sim do poder público, que, em muitos casos não cumpre com essas obrigações, despertando nos cidadãos a necessidade de agir de alguma forma. Ou seja, quando a construção urbana não dialoga com os interesses coletivos, os cidadãos não se reconhecem na cidade, nem como parte dela. A resposta acontece de forma visível nos muros, nas ocupações de parques e ruas, recriando a cidade como um meio de comunicação.

6. Referências Bibliográficas

BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2009.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. Tradução Cecília Prada. 2ª ed. São Paulo: Studio Novel, 2004.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Tradução: Tomás R. Bueno. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula Guimarães. Escola de Chicago. In: CITELLI, Adilson (et.al.) (org.). **Dicionário da Comunicação**: escolas, teorias e autorias. São Paulo: Contexto, 2014. P. 138-146.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

KASTRUP, Virgínia. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. Psicologia & Sociedade, n.º 19, 2007, p. 15-22.

KNAUSS, Paulo. Arte pública: a cidade como experiência. **Arte urbana e a (re)construção do imaginário da cidade**. Rio de Janeiro: Sesc, Administração Regional no Rio de Janeiro, 2015.

MAGALHÃES, Sérgio. O compartilhamento da cidade. **Arte urbana e a (re)construção do imaginário da cidade**. Rio de Janeiro: Sesc, Administração Regional no Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Jailson de Souza e. Os sentidos da vida na cidade. **Arte urbana e a (re)construção do imaginário da cidade**. Rio de Janeiro: Sesc, Administração Regional no Rio de Janeiro, 2015.

VEDOVA, Thiago. Remix da cidade: a música urbana dos velhos aos novos tempos. **Arte urbana e a (re)construção do imaginário da cidade**. Rio de Janeiro: Sesc, Administração Regional no Rio de Janeiro, 2015.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. In: Revista **Diálogos de la Comunicación**, n.48, Lima: Felafacs, 1997.